

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

Fl. 1

Aos vinte e dois dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, às dez horas, realizouse a décima primeira Sessão do Conselho de Administração do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul (IPE Saúde), ordinária, em formato híbrido - virtualmente, por meio da plataforma Microsoft Teams, e presencialmente, na Sala José Paulo Leal, localizada no edifício-sede do IPE Saúde. A sessão foi conduzida pela Vice-presidente do Conselho de Administração, Liselena Schifino Robles Ribeiro, e secretariada pela Secretária do Conselho, Juliane Angelo Lopes. 1) Abertura da Reunião Ordinária. Declarada aberta a reunião, registrou-se a presença dos conselheiros titulares, assim identificados: representantes do Governo do Estado - pelo IPE Saúde, Paulo Afonso Oppermann; pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (ALRS), Carlos Eduardo Prates Cogo; pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS), Liselena Schifino Robles Ribeiro; pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (MPRS), André Fernando Janson Carvalho Leite. Representantes dos Segurados – pela União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública, Danilo Luiz Chiaradia Krause e Alzira Luiza Silva Aguiar; pela Federação Sindical de Servidores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul (FESSERGS), Sérgio Augusto Jury Arnoud e Júlio Cezar Pereira; pelo Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS/Sindicato), Glaci Weber Medeiros e Marino Simon. Além dos conselheiros titulares, registrou-se, também, a presença dos conselheiros suplentes: representantes do Governo do Estado – pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), Felipe Moreira Cruzeiro e Ciro Menezes Barreiros; pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (ALRS), Gabriele Bittencourt da Silva. Representantes dos Segurados – pela União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública, Fábio Nunes Castro e Elis Oliveira; pela Federação Sindical de Servidores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul (FESSERGS), Ângela Maria Souza de Quadros e Kelpes Roger Velasque da Silva; pelo Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS/Sindicato), Edi Mara Marcon e Eloisa Maria Womer. Participaram, ainda, a Assessora de Comunicação, Roberta Freitas; o Assessor de Governança, André Bencke; e o Assessor de Projetos



Fl. 2

Especiais, Rafael Feitosa. 2) Ausências justificadas. O Presidente do Conselho de
Administração do IPE Saúde, Bruno Silva da Silveira, e a Conselheira, Sônia Maria
Nogueira Saconi, não puderam comparecer à sessão, tendo justificado formalmente
seus afastamentos, devidamente autorizados. 3) Aprovação da ata da sessão anterior.
A Ata nº 10/2025 foi submetida à apreciação do colegiado, sendo aprovada por
unanimidade, sem ressalvas. 4) Correspondências expedidas e recebidas. Não houve.
5) Discussão das pautas e votação das pautas a serem deliberadas. 5.1)
Acompanhamento do Processo de Indicação do Diretor de Relacionamento com o
Segurado. Antes de dar início à pauta, a Vice-presidente do Conselho de Administração
do IPE Saúde, Liselena Schifino Robles Ribeiro, cumprimentou os conselheiros e
informou que assumiria a condução da sessão, em substituição ao Presidente do
Conselho de Administração do IPE Saúde, Bruno Silva da Silveira, que se ausentou em
razão de missão oficial no exterior. A Vice-presidente Liselena realizou a leitura da pauta
- Acompanhamento do Processo de Indicação do Diretor de Relacionamento com o
Segurado - e concedeu a palavra ao Assessor de Governança, André Benke, responsável
pela apresentação. O Assessor, André, informou que apresentaria um breve relato sobre
o andamento do processo até o momento, bem como orientações e recomendações
quanto à sua continuidade. Relatou os nome dos candidatos indicados pelos
conselheiros, no período de 25 de abril a 9 de maio de 2025, prazo de dez (10) dias úteis,
conforme o cronograma, observados os requisitos e prazos estabelecidos nas
legislações pertinentes (Lei nº 15.144/2018, Decreto nº 54,263/2018 e Regimento
Interno do Conselho de Administração do IPE Saúde): Ari Lovera, que é servidor público
civil estadual inativo, auditor fiscal da Receita Estadual do Rio Grande do Sul,
aposentado em 2021, graduado em Engenharia Civil e com experiência comprovada em
economia e finanças, indicado pelo Conselheiro Danilo Luiz Chiaradia Krause, em nome
da União Gaúcha em Defesa da Previdência Social (fls. 14 – 27 do PROA nº 25/2441-
0003645-8); Djuliana Cappellari, que é servidora pública civil estadual ativa, lotada no
Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul (IPE



57

58

59

60

61

62

63

64

65 66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

Fl. 3

Saúde), onde exerce a função de Gerente de Relacionamento com o Segurado, graduada em Administração e com experiência comprovada em administração e saúde, indicada pela Conselheira Alzira Luiza Silva Aguiar, em nome da União Gaúcha em Defesa da Previdência Social (fls. 5 – 13 do PROA nº 25/2441-0003645-8); e Frederico Sedrez dos Santos, que é servidor público militar estadual ativo, no posto de Major Médico, lotado no Hospital da Brigada Militar, onde exerce função de Subdiretor Técnico, graduado em Medicina e com experiência comprovada em administração e saúde, indicado pelo Conselheiro Sérgio Augusto Jury, em nome da Federação Sindical de Servidores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul (FESSERGS) (fls. 28 – 38 do PROA nº 25/2441-0003645-8). O Assessor, André, informou que os três candidatos indicados apresentaram toda a documentação exigida no parágrafo único do art. 32 do Regimento Interno do Conselho de Administração. Esclareceu que tanto a documentação quanto as indicações foram devidamente anexadas ao PROA nº 25/2441-0003645-8 e disponibilizadas aos conselheiros no dia 12 de maio de 2025, para eventual impugnação fundamentada, no prazo de cinco (5) dias úteis. Informou, ainda, que, findado o prazo em 19 de maio de 2025, não foi apresentada qualquer impugnação por parte dos conselheiros, razão pela qual restou dispensada a fase de julgamento prevista no cronograma. Ressaltou que, com a formalização das três indicações, encontra-se definida a nominata que comporá a lista tríplice. Falou que a próxima etapa do processo consiste na arguição dos candidatos, em sessão do Conselho designada especificamente para essa finalidade, com o objetivo de aferir os conhecimentos dos indicados acerca das atribuições do cargo de Diretor de Relacionamento com o Segurado e do funcionamento do Sistema IPE Saúde. Recomendou que, inicialmente, os conselheiros verifiquem se possuem qualquer vínculo de cônjuge, companheiro(a) e/ou parentesco, em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, com algum dos candidatos, uma vez que, na hipótese de existência de tal vínculo, o conselheiro deverá se declarar impedido de participar da arguição e da votação. Por fim, sugeriu que seja deliberado se a arguição ocorrerá em sessão ordinária ou extraordinária; se todos os candidatos serão arguidos na mesma



85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

Fl. 4

sessão; e se a votação, destinada à definição da ordem de preferência do Conselho de Administração quanto aos nomes indicados, será realizada ao término da sessão de arguição ou em sessão específica. A Vice-presidente Liselena, sugeriu, salvo manifestação em contrário do Presidente Bruno, que a arguição e votação fossem realizadas no mesmo dia. O Conselheiro Sérgio manifestou entendimento de que seria mais prudente que a votação ocorresse em sessão posterior à arguição, considerando que os conselheiros necessitam conhecer com maior aprofundamento cada candidato, bem como analisar suas propostas e ideias. Acrescentou, ainda, que estará participando de uma Conferência no exterior, o que poderá dificultar sua participação na sessão, em razão do fuso horário. Ressaltou que considera importante sua presença, especialmente por ter sido conselheiro responsável por encaminhar uma das indicações e que, se possível, gostaria de estar presente na sessão destinada à arguição e votação. Diante disso, a Vice-presidente sugeriu que a arguição fosse pautada para a próxima sessão do Conselho, prevista para o dia 12 de junho de 2025. A Conselheira Alzira Luiza Silva Aguiar questionou se, durante a sessão de arguição, os candidatos teriam a oportunidade de realizar uma apresentação inicial, antes do início dos questionamentos pelos conselheiros. Em resposta, a Vice-presidente Liselena informou que sim, os candidatos poderão realizar uma apresentação prévia antes de serem arguidos. No entanto, após observação da Secretária do Conselho, Juliane Angelo Lopes, sobre algumas pautas encaminhadas pela Presidência do IPE Saúde - as quais possuem prazos vinculados para publicação, condicionados à deliberação do Conselho de Administração -, a Vicepresidente Liselena propôs que a arguição fosse realizada na sessão subsequente a próxima sessão prevista em calendário, ficando a sugestão sujeita à avaliação e deliberação do Presidente do Conselho. 6) Assuntos de Ordem Geral. A Vice-presidente Liselena questionou se algum conselheiro teria assuntos gerais a serem apresentados. O Presidente do IPE Saúde, Paulo Afonso Oppermann, solicitou a palavra e informou que o Relatório de Gestão está sendo finalizado e será disponibilizado aos conselheiros. Esclareceu que foi solicitado ao Conselho de Administração que a apresentação desse



Fl. 5

material conste como matéria de pauta, tendo em vista que compete a este colegiado,
nos termos do art. 6º da Lei nº 15.144/2018, aprovar o Balanço Geral Anual e o Relatório
de Gestão. Contudo, tendo sido observada uma relevante ausência de informação
acerca dos trabalhos executados, nos meios de comunicação, e diretamente, por
prestadores de serviços e figuras políticas, está sendo elaborado pela Assessora de
Comunicação, Roberta Freitas, um relatório resumido. O objetivo desse material é
fornecer aos conselheiros informações claras e objetivas, de modo que possam
colaborar na disseminação de dados corretos e fidedignos sobre o IPE Saúde. 14:48
A Assessora de Comunicação, Roberta Freitas, manifestou-se, destacando que o IPE
Saúde mantém seus canais oficiais - site e perfil no Instagram - atualizados
periodicamente. Contudo, observa-se que a população, de modo geral, não têm
acessado essas plataformas, o que é constatado, inclusive, pela recorrência de
questionamentos durante eventos presenciais, nos quais são feitas, frequentemente, as
mesmas perguntas, em sua maioria relacionadas a informações que já foram
devidamente divulgadas por meio dos canais oficiais. O Conselheiro Sérgio manifestou
que tem recebido, por meio da Federação Sindical de Servidores Públicos do Estado do
Rio Grande do Sul (FESSERGS), diversos questionamentos de vereadores acerca de
temas que, embora já tenham sido divulgados, não estão chegando de forma efetiva ac
conhecimento deles. Relatou que, em alguns casos, consegue sanar, contudo, há
situações em que necessita do apoio do IPE Saúde, especialmente em temas
relacionados ao atendimento aos segurados, como, por exemplo, casos de médicos que
constam no Guia Médico, disponibilizado no site oficial, mas que, na prática, negam
atendimento pelo plano ou realizam cobranças indevidas para sua efetivação. Informou
ainda, que, na qualidade de conselheiro, elaborará um documento consolidando todos
esses questionamentos, o qual será encaminhado à Presidência do IPE Saúde para que
sejam prestados os devidos esclarecimentos, de forma oficial, e, posteriormente,
direcionado à Câmara de Vereadores. O Conselheiro Danilo Luiz Chiaradia Krause
questionou por que o Governador do Estado do Rio Grande do Sul não tem se



141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

Fl. 6

posicionado publicamente em defesa do Instituto diante das constantes exposições negativas que o IPE Saúde vem sofrendo. Sugeriu que o Chefe do Executivo promova um diálogo direto com as entidades médicas, bem como utilize os meios de comunicação de maior alcance para divulgar informações fidedignas à sociedade. Segundo seu entendimento, há uma omissão por parte do Governador frente à situação enfrentada. O Conselheiro Marino Simon solicitou ao Presidente do IPE Saúde, Paulo Afonso Oppermann, uma atualização sobre a situação das negociações com os hospitais litigantes. O Presidente requereu o auxílio do Assessor de Governança, André Bencke, para prestar os devidos esclarecimentos. O Assessor informou que acompanhou as sessões de mediação e que o grupo de hospitais apresentou novas propostas de ajustes na minuta do acordo, as quais tratam de pontos bastante específicos e estão, no momento, em análise pela área técnica do Instituto. Informou, ainda, que a previsão é de que o parecer da área técnica seja concluído ainda na presente data. Na sequência, o tema será submetido à avaliação da Diretoria Executiva, na reunião agendada para o dia 23 de maio de 2025, e, após, o retorno será formalizado ao grupo de hospitais. Acrescentou que o escritório jurídico que representa os hospitais sinalizou que deverá apresentar um posicionamento definitivo sobre a assinatura do acordo na próxima semana. O Presidente do IPE Saúde, Paulo Afonso Oppermann, informou que, na semana passada, foi realizada, por iniciativa do Instituto, uma reunião com os representantes das entidades médicas - Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul (CREMERS), Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (SIMERS) e Associação Médica do Rio Grande do Sul (AMRIGS) - com a finalidade de tratar sobre a pauta dos honorários médicos. Segundo ele, foi demonstrado às entidades que o Instituto vem praticando uma remuneração superior - o dobro - em comparação com empresas análogas, considerando a natureza jurídica do IPE Saúde, que é uma autarquia de direito público, inclusive em relação a instituições de outros estados. Foram expostos, também, a valoração dos procedimentos, que foram adequados à tabela CBHPM (Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos), resultando em aumentos



169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

Fl. 7

substanciais, na ordem de cinquenta e cinco por cento (55%), com destaque para a valorização específica do procedimento de parto, que teve um incremento de quase duzentos por cento (200%), entre outros. Além disso, foi ressaltado que os pagamentos são rigorosamente realizados dentro do prazo, de forma quinzenal. O Conselheiro Danilo questionou se as informações expostas pelo Presidente do IPE Saúde, Paulo Afonso, constam no relatório mencionado pela Assessora de Comunicação, Roberta. A Assessora esclareceu que tais informações não estão contempladas no relatório anteriormente citado, mas informou que os dados relativos à reunião com as entidades médicas estarão inseridos no informativo institucional do mês de maio, elaborado mensalmente pela Assessoria de Comunicação do IPE Saúde. Contudo, ressaltou que os avanços mencionados, especialmente no que se refere à valoração dos procedimentos médicos, estão devidamente registrados no Relatório de Gestão do Instituto. O Presidente do IPE Saúde, Paulo Afonso Oppermann, ressaltou que o Relatório de Gestão possui caráter informativo e, diante disso, fez um apelo aos conselheiros para que, após tomarem conhecimento do conteúdo, colaborem na divulgação das informações que evidenciam os avanços e melhorias alcançados pela gestão, como o cumprimento rigoroso dos pagamentos nos prazos estabelecidos e os esforços contínuos na busca por aumento de receita por meio de novas fontes de faturamento. Destacou, ainda, que a ampla disseminação dessas informações corretas e fidedignas é fundamental para combater o sensacionalismo e as informações equivocadas que vêm sendo propagadas em alguns meios de comunicação. O Conselheiro Danilo questionou se não seria o caso de a gestão do IPE Saúde entrar em contato com os veículos de mídia que vêm divulgando informações distorcidas, a fim de prestar os devidos esclarecimentos com base nas informações constantes no Relatório de Gestão. Ressaltou, ainda, a importância de que seja amplamente divulgado o Programa Mais Assistência, que foi apresentado em sessão ordinária aos conselheiros, destacando que este programa é fundamental para acalentar os usuários diante das recorrentes queixas de desassistência, especialmente no interior do Estado, bem como para enfrentar questões



197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

Fl. 8

relacionadas à conduta médica. O Conselheiro Carlos Eduardo Prates Cogo indagou ao Presidente do IPE Saúde, Paulo Afonso Oppermann, qual seria o motivo para a aparente falta de interesse da categoria médica em atuar pelo IPE Saúde, considerando as informações por ele apresentadas na reunião, de que os honorários pagos são satisfatórios e compatíveis com os de outras instituições. O Presidente Paulo Afonso respondeu que é difícil precisar, de forma objetiva, as razões para esse desinteresse. Esclareceu que, embora os valores praticados pelo Instituto sejam comparáveis em termos de produto final, existem diferenças significativas nas estruturas operacionais. Destacou que, no caso das cooperativas, estas são formadas por sociedades de pessoas físicas, reunidas sob um CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica), cujo modelo de negócio proporciona uma receita mais previsível, bem como uma estrutura de custos compartilhada. Acrescentou, ainda, que os médicos cooperados participam das sobras financeiras da cooperativa, que são distribuídas proporcionalmente à contribuição de cada associado na geração de receita, compondo, assim, uma parcela adicional e relevante à sua remuneração. Concluiu, afirmando que, apenas com essa explicação, já se torna possível compreender as razões pelas quais os médicos demonstram maior valorização e preferência pela atuação no modelo cooperativo, em seus consultórios, em detrimento do atendimento prestado pelo IPE Saúde. Observou, ainda, que, à época em que exercia a atividade clínica, em virtude de uma defasagem inegável na remuneração dos honorários médicos - que permaneceu sem reajustes por aproximadamente onze anos -, alguns profissionais utilizavam esse fato como justificativa para práticas de cobranças irregulares, inclusive em procedimentos cirúrgicos. Destacou, contudo, que tal conduta afronta diretamente o Código de Ética Médica, que veda expressamente a cobrança em duplicidade, quando já há previsão de remuneração por meio de convênio. Reiterou que a gestão está empenhada e trabalhando de forma exaustiva no fortalecimento do IPE Saúde, por meio da implementação de instrumentos de gestão modernos, eficientes e alinhados às melhores práticas. Ressaltou, contudo, que esse processo demanda tempo,



225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

Fl. 9

especialmente em razão da necessidade de promover uma mudança cultural, tanto interna quanto externamente. A Assessora de Comunicação, Roberta, dirigiu-se ao Conselheiro Danilo, em resposta à sugestão de divulgação do Programa Mais Assistência nos meios de comunicação, esclarecendo que, até o momento, o programa não foi divulgado amplamente em razão da inexistência de um edital definitivo para adesão dos médicos. Informou, ainda, que está agendada, para esta data, uma reunião com a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), na qual será apresentado o plano de comunicação destinado à divulgação do programa, o qual contempla a utilização de veículos de comunicação externos. A Vice-Presidente Liselena ressaltou a importância de que o Relatório de Gestão tenha ampla divulgação entre os órgãos do Estado, mencionando especificamente o Tribunal de Justiça, do qual é representante, e destacou que frequentemente surgem dúvidas por parte dos segurados vinculados a esse órgão. 7) Definição de pauta para as próximas sessões. Encerrado o período regimental, a pauta para a próxima reunião ordinária, marcada para 12 de junho de 2025, quinta-feira, às 10h, em formato híbrido, não foi definida, ficando sua definição sujeita à avaliação do Presidente do Conselho de Administração, Bruno Silva da Silveira. 8) Encerramento. Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a sessão, da qual, para constar, foi lavrada a presente ata, elaborada, revisada e assinada pela Secretária do Conselho de Administração, Juliane Angelo Lopes, e pela Vice-presidente do Conselho de Administração do IPE Saúde, Liselena Schifino Robles Ribeiro. A ata desta sessão foi declarada aprovada e encontra-se à disposição dos Senhores Conselheiros por meio eletrônico, ressalvado o direito de retificá-la por escrito, caso assim desejem.

Porto Alegre, 22 de maio de 2025.



Fl. 10

Liselena Schifino Robles Ribeiro

Vice-presidente do Conselho de Administração do IPE Saúde

Juliane Angelo Lopes

Secretária do Conselho de Administração do IPE Saúde